

A economia enlouquecida

Brasil

Gilberto de Mello Kujawski

Numa quarta-feira aziaga, de céu baixo e súbita queda da temperatura, quando um ventinho nervoso flagelava a cidade, o JT estampa a manchete: "A economia está louca. Veja o que pode acontecer". Alguns destaques: carro usado mais caro que carro novo; Petrobrás compra óleo a 19 dólares e vende a 13; quilo do aço a NCz\$ 0,38 — menos que um cafezinho; ninguém entende o aumento da casa própria, nem o governo. Além das distorções enumeradas — esclarece o jornal — a previsão para julho aponta uma inflação bem acima de 30%. Por isso — agrega — as próximas semanas são decisivas para evitar que o País mergulhe na hiperinflação (28-6-89).

Como é possível termos chegado a tamanha confusão, a uma trepidação de incerteza tão violenta na condução dos negócios públicos, com o inevitável reflexo na sociedade, que oscila da prostração à ansiedade e desta ao desespero mais declarado? Não acreditamos que seja o fim do mundo. Só não podemos conceber como é possível abusar a tal ponto do direito de ser incompetente.

No mesmo número do JT deparamos com um artigo de Celso Ming: "Tecnocratas desrespeitam o País". Aqui a nossa revolta chega ao máximo. Explica o lúcido e dedicado jornalista que a nova política salarial, que deveria ser acessível a qualquer empregado, de maneira a calcular ele próprio o reajuste a que tem direito, foi publicada com uma série de fórmulas matemáticas complexas, inteligíveis só pelos iniciados. A tal ponto que o Ministério do Trabalho se sentiu na obrigação de publicar uma cartilha para explicar o assunto. Isso não pode passar em branco! Esta cartilha tem o valor de um documento histórico e futuramente deverá figurar com destaque nos museus, como o atestado de falência da política econômica e sua petrificação na burocracia econômica.

Não temos uma política econômica e sim uma burocracia econômica. E não temos uma política econômica porque nos falta uma política nacional, de largo horizonte, onde se desenhe com clareza o Brasil do futuro. Todo mundo sabe que em nosso país a política foi tragada pelo ogro da burocracia. Aquela inspiração criadora de nações que é a Política foi subjugada e estrangulada pela hipertrofia ao mesmo tempo metódica e descontrolada do instrumental administrativo. De nada vale acusar o presidente Sarney, quando o mal está menos no presidente da República do que na Presidência, como diria Bolívar Lamounier. O último presidente que conseguiu sobrepor sua vontade política aos tentáculos do aparato burocrático foi Juscelino Kubitschek, mas com uma vantagem e uma restrição. A vantagem é que a força e a estrutura da burocracia ao tempo de JK não eram nem a sombra da burocracia hoje. A restrição é que Juscelino comprometeu o magnífico impulso para a frente que foi o seu governo com a construção dessa excrescência de cimento armado que pesa sobre o Planalto Central, Brasília. Note o leitor que a história do Brasil começou a entortar depois da construção

de Brasília. Mesmo sem querer, inconscientemente, Juscelino fabricou o **habitat** ideal, pelas mãos de Lúcio Costa e Niemeyer, para a futura fauna de burocratas que os 21 anos de governo militar fixariam nos escritórios e gabinetes da nova capital federal.

Repare o leitor mais uma coisa. Sempre se diz que a arquitetura de Niemeyer é um bonito desenho sem a menor margem de funcionalidade, o que é certo. Isso quer dizer que aquele arquiteto, tido e havido como genial, aquele arquiteto proclamadamente socialista e revolucionário, talhou na sua cabeça uma idéia de edifício plasticamente perfeita e concretizou-a com abstração de toda e qualquer pertinência com o meio social, com o homem de carne e osso que usa aquele edifício, **porque ao arquiteto só interessa a coerência interna daquela idéia plástica consigo mesma**. Pois essa é a estéril psicologia do racionalismo, que se repete agora e sempre naquelas equações dos tecnocratas autores de cartilhas e outras proezas maiores, equações formalmente impecáveis, só que desligadas do interesse do trabalhador e das suas expectativas mais concretas. Será que esse tipo de raciocínio econômico seria possível no Rio de Janeiro, se esta ainda fosse a capital, com aquela formidável pressão social da massa urbana transbordando nas ruas, nas praias e nos estádios?

Seria divertida se não fosse inquietante a divisão dos economistas a respeito da hiperinflação. Alguns juram que já estamos em plena hiperinflação, outros negam sua possibilidade e outros não a descartam. Tem razão o sr. Delfim Netto. A hiperinflação não é fenômeno econômico, mas político, consistindo na quebra da credibilidade da sociedade no governo. (Há dois Delfins. O Delfim no poder e o Delfim fora do poder. O primeiro é mestre na arte de despistar o interlocutor; o segundo, frequentemente, diz as coisas certas.) Afinal, a moeda é uma entidade fiduciária, algo que depende da confiança em quem a emitiu, isto é, o governo. Esse caráter fiduciário passa para toda a economia de um país, condicionando as trocas, os investimentos, as aplicações.

Economia é crédito, tomando-se a palavra na acepção mais lata possível, que é o de crença, confiança e segurança na verdade de alguma coisa (como reza não o citado Aurélio, mas o velho Aulete). O fiador desse crédito econômico é o governo. No instante em que se perde a confiança no fiador, o crédito desaparece, o que significa, concretamente, que o dinheiro perde totalmente seu valor, evapora-se para sempre. Não teremos nas mãos cédulas, mas simples papel impresso.

Como reverter o processo? Criando condições para constituir um governo que inspire confiança, um governo revirilizado que não adule o povo com sua filantropia ("tudo pelo social"), mas inspire à comunidade os projetos e os recursos para torná-la cada vez menos dependente dos governos.

Gilberto de Mello Kujawski é ensaísta